

MINUTA DA REUNIÃO DA MESA NACIONAL, 26 NOVEMBRO 2017

A reunião da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda de dia 26 de novembro de 2017, teve início às 11h00, com a presença dos camaradas que se encontram no documento anexo à minuta, iniciando com a votação da constituição da Mesa da Mesa Nacional, sendo composta pelos camaradas Fabian Figueiredo, Sandra Cunha e Eduardo Fernandes. A constituição da mesa de direção dos trabalhos foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi proposta pela mesa a seguinte OT:

1. Resolução Política;
2. Conclusões da Comissão de Inquérito;
3. Estatuto de Funcionários/as

A Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade. Foi ainda sugerido pela mesa que o tempo das intervenções fosse de 4 min para o primeiro ponto e 3 min para os restantes.

SUBSTITUIÇÕES

Moção A

Ausentes: Ana Cristina Ferreira, Ana Rosa, António Lima, Celeste Santos, João Camargo, Jorge Costa, Marcos Mendonça, Maria Helena Figueiredo, Maria Manuel Rola, Marisa Matias, Paula Nogueira, Paulo Mendes, Pedro Filipe Soares, Roberto Almada, Rui Curado Silva, Serafim Duarte.

Substituíram: Arnaldo Sarroeira, Beatriz Arnedo, Francisco Colaço, Humberto Silveira, Joana Pires, Joel Oliveira, Luís Cabral.

Moção R

Ausentes: Catarina Príncipe, Irina Castro, Érica Postiço, Mamadou Ba, Elisabete Figueiredo, Alex Gomes, Luís Santos.

Substituíram: Joseph da Silva, José Luís Carvalho, Afonso Jantarada, Tomás Nunes, Inês Santos, Eduardo Fernandes, José Guerra

PRIMEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

Catarina Martins apresentou a Proposta de Resolução Política da Comissão Política e Samuel Cardoso apresentou a proposta de Resolução Política dos camaradas que subscrevem a moção R.

Neste ponto intervieram os e as camaradas: Adelino Fortunato, Afonso Jantarada, Patrícia Barreira, Joana Mortágua, Isabel Pires, Rui Costa, Francisco Colaço, José Soeiro,

Sandra Cunha, Luís Monteiro, Pedro Soares, Deolinda Martin, Mariana Sousa, Ricardo Moreira, Maria do Carmo Bica, Catarina Vieira, Eduardo Fernandes, José Casimiro, Joseph Silva, Ana Massas, Cecília Honório, Moisés Ferreira, Luis Fazenda, Heitor de Sousa, João Vasconcelos, José Boavida, Samuel Cardoso e Mariana Mortágua

Catarina Martins propôs quatro alterações à Resolução proposta pela Comissão Política que se encontra em anexo. Foram ainda apresentadas mais duas propostas de alteração: a primeira, de Adelino Fortunato e Ana Massas, para acrescentar um ponto prévio “Dois anos de Governo” à resolução proposta pela Comissão Política, que foi aceite com algumas alterações. A segunda, dos camaradas da moção R, para acrescentar um novo ponto 7 à resolução proposta pela Comissão Política e um novo ponto 4 à resolução proposta pela moção R não foi aceite.

Carlos Carujo encerrou o ponto por parte da moção R e Catarina Martins por parte da Comissão política.

SEGUNDO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

O segundo ponto da Ordem de Trabalhos foi apresentado pela Cristina Andrade e entrevistaram as e os seguintes camaradas: Tomás Nunes, José Luís, Afonso Jantarada, Ricardo Moreira, Francisco Colaço, Carlos Carujo, Samuel Cardoso, Sara Rocha, Ana Massas, Maria José Vitorino, Joana Mortágua.

Francisco Colaço e Mariana Gomes apresentaram proposta de alteração relativa às sanções recomendadas pela Comissão de Inquérito aos membros do SR visados. Maria José Vitorino e os camaradas da moção R entregaram declaração de voto (em anexo).

Cristina Andrade encerrou o ponto.

TERCEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS:

Catarina Martins apresentou o terceiro ponto da ordem de trabalhos e entrevistaram as e os camaradas: José Guerra, Mariana Gomes, Pedro Soares, Maria José Vitorino, Ricardo Moreira, Heitor de Sousa, Francisco Colaço, Helena Pinto, Luís Fazenda e José Soeiro.

Foi entregue por Mariana Gomes e Francisco Colaço proposta de alteração à proposta do Estatuto de Funcionários/as do Bloco de Esquerda.

Catarina Martins encerrou o ponto

VOTAÇÕES GLOBAIS

Votação da ratificação de Aderentes adiada para a próxima Mesa Nacional

Ponto 1 da Ordem de Trabalhos (Projetos de Resolução Política)

- a) Os projetos de resolução foram votados em alternativa. O projeto de resolução apresentado pela Comissão Política foi aprovado por maioria, tendo-se registado 8 votos no projeto de resolução da moção R e 1 abstenção.
- b) A proposta de adenda da moção R, de um novo ponto 7 à proposta de Resolução da Comissão Política, foi rejeitada por maioria com 9 votos a favor e 10 abstenções.

Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (Comissão Inquérito)

- a) O ponto 2 da Ordem de Trabalhos foi votado separadamente da seguinte forma:
 - a1) Foram votadas as conclusões da Comissão de Inquérito tendo sido aprovadas por maioria com 12 votos contra e 3 abstenções.
 - a2) Foram votadas, em urna, as propostas de sanções a aplicar aos elementos do SR, tendo-se apurado os seguintes resultados: Proposta da Comissão de Inquérito (proposta A) = 37 votos; Proposta de Francisco Colaço e Mariana Gomes (proposta B) = 13 votos; Nenhuma sanção = 5 votos; um voto branco.

Ponto 3 da Ordem de Trabalhos (Estatuto de Funcionários/as)

- a) As alterações ao Estatuto de Funcionários/as apresentadas pela Catarina Martins foram aprovadas por maioria tendo-se registado 14 votos contra e 4 abstenções.
- b) A inclusão das alterações propostas pela Mariana Gomes e Francisco Colaço foi rejeitada por maioria com 6 votos a favor e 9 abstenções.

ANEXOS

Proposta de Resolução da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda proposta pela Comissão Política

- 1. O Bloco de Esquerda vota favoravelmente o Orçamento do Estado para 2018 por considerar que, apesar de limitado pelas opções e constrangimentos assumidos pelo Partido Socialista, este é um instrumento importante para aprofundar a recuperação de rendimentos na segunda metade da legislatura.**

Refletindo a negociação com o Bloco de Esquerda, a proposta inicial do Orçamento do Estado para 2018 considerava avanços significativos ao nível do alívio fiscal, com o desdobramento de dois escalões de IRS e o aumento do mínimo de existência, no combate à precariedade e vinculação de professores, no descongelamento de carreiras na Função Pública e respetiva atualização salarial, ou no aumento de todas as pensões, em particular das pensões mais baixas, fruto do descongelamento da lei em 2015 e do novo aumento extraordinário em 2018. Esses avanços não escondem as debilidades do Orçamento do Estado; falta a capacidade de investimento em infra-estruturas que respondam ao défice social e combatam o abandono do território e falta recuperar níveis de investimento no Estado Social que recuperem a capacidade dos serviços públicos.

No debate na especialidade do Orçamento do Estado, o Bloco de Esquerda propôs um pacote de medidas que respondessem aos fogos florestais e apresentou uma centena de propostas sobre áreas essenciais para a valorização dos rendimentos do trabalho e defesa dos serviços públicos. Este trabalho permitiu aprovar entre outras medidas, o fim das cativações nos organismos da Saúde (INEM, SICAD, DGS e SUCH), a eliminação do corte de 10% no subsídio de desemprego, o acesso ao Complemento Solidário para Idosos para os lesados do Mota Soares, a majoração em 60% das bolsas para estudantes com deficiência, a criação de Salas de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica em todas as esquadras do país e aumento da derrama de 7 pp. para 9 pp. para empresas com rendimento tributável superior a 35 milhões de euros. Foram ainda aprovadas alterações ao pacote de resposta aos fogos florestais, tais como uma linha de financiamento extraordinária para execução de rede secundária de faixas de gestão de combustível. No campo da energia foi aprovada a suspensão do pagamento da garantia de potência e a extensão da contribuição extraordinária da energia ao sector das renováveis, uma medida que, pela primeira vez desde a privatização do sector, reduz as rendas pagas às energéticas e permite baixar a factura energética.

O Bloco saúda as lutas das e dos trabalhadores da Saúde, professores e demais trabalhadores. Essa luta foi determinante para os avanços alcançados no Orçamento do Estado, nomeadamente no descongelamento de carreiras ou no fim das cativações na saúde, e é essencial manter a mobilização no SNS, como na Escola Pública e noutros setores em nome de tudo o que falta fazer.

O trabalho de especialidade melhorou a proposta de Orçamento do Estado para 2018, mas não permitiu ultrapassar as limitações do Orçamento de Estado que se mantém refém das metas de défice negociadas com Bruxelas, dos grandes interesses económicos e de uma dívida pública que, estando a beneficiar conjuntamente de juros baixos, fica acima dos 120% do PIB. Mantêm-se carências no Serviço Nacional de Saúde e no ensino público, permanece o modelo de PPP nas mais diversas áreas, são insuficientes o investimento e as políticas públicas

na cultura e na ciência, na criação emprego, na oferta pública de habitação e na reabilitação urbana, na redução das desigualdades, no combate ao despovoamento e à desertificação das regiões do interior. O Bloco manterá toda a iniciativa nestas áreas, tornando-as prioritárias, para garantir direitos essenciais.

Apesar da melhoria da conjuntura económica internacional e da alteração de expectativas decorrente da política de reposição de rendimentos, ao fim de dois anos o governo de António Costa atravessa as primeiras dificuldades significativas. Essas dificuldades não decorrem apenas dos acontecimentos trágicos de Pedrogão ou das circunstâncias por esclarecer no desaparecimento de armas em Tancos, mas também da rutura em serviços públicos essenciais, como consequência da austeridade no investimento público, e dos movimentos reivindicativos de trabalhadores que vão contestando políticas e ministros. Hoje, o governo está mais vulnerável à intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa e de uma direita que procura recompor-se. Mas também se expressarão diferenciações à esquerda, quando o governo consolida um caminho que mantém a legislação neoliberal do trabalho, potencia o papel do setor privado na saúde ou se submete aos grandes grupos económicos e ao ditames comunitários da amortização disciplinada da enorme dívida pública. A paragem da austeridade sobre os rendimentos diretos do trabalho e outras melhorias trazidas por esta experiência governativa não pode ocultar os importantes desafios que se colocam ao Bloco de Esquerda no próximo período.

2. Consolidar o caminho de recuperação de económica exige a reconstrução da legislação laboral. O Bloco de Esquerda, tal como se empenhou no Orçamento do Estado pela reposição dos direitos das e dos trabalhadores do Estado, empenha-se nas alterações que permitem reconstituir direitos e salários no setor privado.

Os dados mais recentes da economia portuguesa mostram que a devolução de rendimentos é o factor decisivo da recuperação económica e o único que não depende da conjuntura económica externa. A política de recuperação de rendimentos do trabalho tem permitido crescimento económico e criação de emprego (mais 170 mil postos de trabalho nos últimos dois anos), mas esse emprego continua a ser enquadrado pela legislação da troika, que impôs precarização e redução salarial e desmantelou a contratação coletiva. Estas regras perpetuam o profundo desequilíbrio entre capital e trabalho, reproduzem e acentuam as desigualdades e comprimem os salários. Sem alterar a legislação do trabalho, o crescimento económico não se reproduzirá em melhores salários. São as instituições europeias a alertar para os baixos salários em Portugal, num cenário em que se prevê um crescimento da produtividade de 2,3% em 2018 e 2019, ao passo que o salário médio por empregado não sobe além de 1,7% ou 1,8%.

O Bloco de Esquerda repudia as pressões de Bruxelas e das confederações patronais no sentido de travar o aumento do Salário Mínimo Nacional e regista mais uma vez que as pressões da direita, do patronato e das instituições europeias já teriam sido bem sucedidas não fosse o acordo que o Bloco de Esquerda assinou com o governo, garantindo o aumento do SMN para 600 euros até 2019. A trajetória do SMN nesta legislatura, com aumentos anuais bem acima da inflação, é o único factor contrarrente na tendência geral de embaratecimento do trabalho e tem permitido recuperar o poder de compra para os trabalhadores mais pobres. Os argumentos usados pelas instituições europeias, acusando a subida do SMN de criar desemprego, já foram categoricamente desmentidos pela dinâmica de criação de emprego em 2016 e 2017, pelo que só o extremismo ideológico justifica esta interferência numa matéria que, de resto, só tem incidência orçamental indirecta e positiva. O aumento do Salário Mínimo Nacional constitui uma alteração estrutural do trabalho em Portugal, com redução de desigualdades e recuperação de rendimentos

do trabalho face ao capital. Mas este é apenas um dos passos, que tem de ser consolidado com uma reforma estrutural da economia centrada na recuperação dos rendimentos do trabalho face ao capital e na prossecução do objetivo constitucional de pleno emprego. Essa reforma tem como passo essencial a reconstrução dos direitos laborais destruídos na última década.

O Bloco rerepresentará na AR projetos de lei que concretizam compromissos constantes no programa de Governo, designadamente o fim do banco de horas individual e a eliminação das cláusulas que autorizam celebrar contratos a prazo para funções permanentes.

Além disso, o Bloco insiste num conjunto de alterações essenciais para reequilibrar as relações de trabalho e que serão objeto de iniciativas legislativas entregues imediatamente a seguir ao Orçamento: reposição dos valores do trabalho suplementar e do descanso compensatório; eliminação do despedimento por inadaptação; reposição dos 3 dias de férias; garantia do princípio do tratamento mais favorável e fim da possibilidade de caducidade unilateral das convenções coletivas.

3. A Europa aprofunda a sua própria crise, as desigualdades e a divergência, combinando militarização e irresponsabilidade climática com a constitucionalização europeia da austeridade.

Numa altura em que a política internacional e europeia está a radicalizar-se, as instituições europeias e os países do diretório escolheram a sua prioridade: o militarismo. A Alemanha, com impedimentos históricos à sua intervenção militar externa, avançou para a criação da CEP (Cooperação Estruturada Permanente na segurança e defesa), uma possibilidade aberta pelo Tratado de Lisboa que agora começa a ser concretizada. A primeira consequência deste caminho é o compromisso do desvio de investimento comunitário de áreas essenciais como a Coesão ou os Fundos Estruturais, para o colocar nos gigantes da indústria do armamento de França, Espanha e Itália, que assim acompanham a estratégia alemã para um objetivo maior: a construção de um exército europeu, como forma de externalização militar da Alemanha que assim se quer afirmar como superpotência europeia.

O Governo português insiste em ser “o melhor aluno” da ortodoxia europeia e já indicou publicamente que a 11 de dezembro pretende ser um dos Estados-Membros fundadores da CEP. Esta posição é um erro, submete o país a uma estratégia contrária aos seus interesses, alimenta a militarização da Europa e aprofunda a crise. Mais securitarismo e militarização e menos liberdade apenas alimentam o discurso do ódio da extrema-direita. Direcionar mais recursos para defesa e segurança é abandonar as respostas às questões que interessam: direitos do trabalho e criação de emprego, reconstrução de serviços públicos e de capacidade produtiva, resposta à crise humanitária e combate às alterações climáticas.

A posição europeia da Cimeira do Clima, mais interessada em explorar as oportunidades de negócio para as seguradoras e indústria, do que na concretização da redução de emissões de dióxido de carbono, é de absoluta irresponsabilidade. Em 2017 as emissões de dióxido de carbono voltaram a subir, depois de três anos de estagnação, e na COP 23 os países não só falharam o compromisso de financiar a ação climática como deixaram a um terço o compromisso dos cortes de emissões necessários até 2030 para travar o aumento da temperatura nos 2°C. A União Europeia tenta afirmar a liderança no combate às alterações climáticas, agora que a Síria assinou o Acordo de Paris e os EUA são o único país fora do acordo, mas mostra-se incapaz de qualquer compromisso efetivo pelo clima.

Nos próximos meses, o Conselho Europeu será chamado a decidir sobre a integração na legislação europeia do Tratado Orçamental, que é por enquanto um acordo intergovernamental sem força de tratado europeu. Esse caminho não é mais a concretização da perda de qualquer soberania dos Estados membros sobre os

seus orçamentos e o neoliberalismo como política única na União Europeia. Uma vez mais, decisões fundamentais estão a ser tomadas nas costas dos povos. A militarização aparece dissimulada como combate ao terrorismo, a perda de soberania orçamental como a “normalização” pós-Brexit. O Bloco de Esquerda, no plano nacional e europeu, promoverá e participará em debates amplos sobre os Tratados Europeus, sobre a necessidade de uma legitimação democrática dos compromissos europeus a que Portugal está sujeito e sobre aqueles de que se deve desvincular.

4. Devolver a autonomia à Catalunha, com a anulação do artigo 155º, e libertar os presos políticos são passos mínimos essenciais para encontrar uma solução negociada que respeite o direito à autodeterminação do povo catalão.

A eleição de 22 de dezembro para o governo regional, imposta por Madrid, tem a sua legitimidade democrática ferida. O Reino de Espanha, com o silêncio cúmplice dos governos dos restantes Estados membros, mantém 10 presos políticos - oito membros do governo catalão e os líderes de duas organizações independentistas - há quase 2 meses. A aliança entre o governo Mariano Rajoy, do PP, com o PSOE e os Ciudadanos impôs ainda a perda de autonomia à Catalunha com a ativação do artigo 155º da Constituição espanhola. É tempo da comunidade internacional reconhecer que Constituição espanhola não reconhece o direito à autodeterminação e foi ultrapassada pela vontade democrática do povo.

5. A Mesa Nacional saúda a Marcha pela Eliminação de Todas as Formas de Violência Sobre as Mulheres assinalando o dia 25 de novembro, o dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Em Portugal, nos últimos 14 anos, foram assassinadas 472 mulheres em contexto de conjugalidade ou relações familiares privilegiadas. Registaram-se 566 tentativas de homicídio no mesmo período. As denúncias da violência no namoro acompanham a tendência de crescimento da violência doméstica. O assédio e a objetificação da mulher continuam a fazer parte do quotidiano de raparigas e mulheres. As desigualdades salariais, no acesso a cargos de liderança e tomada de decisão, na conciliação entre vida privada, familiar e profissional, na participação política, são a face de uma sociedade sexista e desigual. A nível internacional, sabe-se que uma em cada três mulheres, já foi ou será vítima de algum tipo de violência. As mulheres estão mais desprotegidas nas situações de conflito, de migração e de deslocação de populações e são as mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social. O silenciamento, a invisibilidade, a desvalorização e a normalização das desigualdades perpetuam e reproduzem a violência contra as mulheres. O Bloco de Esquerda rejeita a cultura patriarcal, machista e misógina e luta pela igualdade de género e pelos direitos de todas as mulheres, em Portugal e no mundo.

6. O Bloco de Esquerda promove o debate sobre política nacional e local numa série de encontros nacionais.

No próximo dia 3 de Dezembro, no Porto, tem lugar o Encontro «Em Defesa do Conhecimento», que juntará ativistas e especialistas dos setores do Ensino Superior e da Ciência. O mundo da Academia está inequivocamente mergulhado num conjunto de contradições: o subfinanciamento crónico, combinado com a desertificação do país, criou uma enorme discrepância entre a maioria das Instituições com dificuldades financeiras e a minoria das Universidades, que se tornaram num grupo de pressão política sobre a governação. A governação do Partido Socialista e o

papel da Fundação para a Ciência e a Tecnologia nesta matéria têm ficado muito aquém daquilo que é preciso e urgente fazer. O défice democrático no seio das Universidades e Politécnicos, a proliferação da precariedade, o investimento que é cada vez mais garantido pelos estudantes e cada vez menos pelo Estado são temas centrais para construir uma alternativa à lógica que impera hoje e governa o setor como se de um mercado se tratasse.

No próximo dia 16 de dezembro realiza-se em Tondela um encontro sobre políticas públicas para o desenvolvimento das regiões do interior. As populações e os territórios do interior sofreram este ano o *impacte* brutal dos incêndios rurais. Destruíram vidas humanas, mais de meio milhão de hectares de floresta, biodiversidade, infraestruturas e atividades económicas. Estas populações ficaram mais pobres e com acrescidas dificuldades para enfrentar o despovoamento e a perda de empregos. O abandono a que estas populações têm estado sujeitas, com a perda de serviços e de investimento público, tem de ser revertido com urgência. O Estado deve assumir a obrigatoriedade de assegurar os serviços públicos com a mesma qualidade e proximidade a nível nacional, a execução de políticas que mudem a floresta, através do ordenamento do território e do apoio à gestão agregada, e protejam os ecossistemas naturais.

Nos dias 27 e 28 de Janeiro decorre o Encontro Nacional do Bloco de Esquerda sobre Trabalho Local. Este encontro, que permitirá a troca de experiências entre autarcas e ativistas locais e o debate sobre a intervenção e organização do Bloco no trabalho local, responde à urgência de reflexão face às novas responsabilidades do Bloco no trabalho autárquico. No seguimento do resultado das eleições autárquicas, as organizações locais do Bloco de Esquerda empenharam-se na criação de maiorias assentes em acordos programáticos à esquerda nas câmaras municipais e nas freguesias. A Mesa Nacional lamenta a decisão da CDU no Seixal de optar por uma aliança à direita e saúda o acordo alcançado com o PS em Lisboa. O acordo de Lisboa define um conjunto de 80 compromissos que, entre outras matérias, introduzem um pilar público no Programa Renda Acessível e garantem manuais escolares gratuitos até ao 12º ano. O vereador do Bloco, Ricardo Robles, assumiu pelouro nas áreas da Educação, Saúde, Direitos Sociais e Cidadania. Na câmara municipal de Lisboa, como na assembleia municipal, o Bloco de Esquerda mantém a sua autonomia.

A Mesa Nacional decide a realização de um Fórum da Educação que deverá ocorrer a 17 de fevereiro.

Virar o jogo é derrotar a política da austeridade

Projeto de resolução para a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda proposta pela Moção R

1. O Bloco tem que ser a alternativa que falta

1.1. Os acordos bilaterais entre os partidos de esquerda e o Partido Socialista permitiram abrandar o ritmo da austeridade e reverter alguns dos seus aspetos mais onerosos. No entanto, ao invés de contribuir para aumentar o nível de confronto, expondo as suas próprias contradições e limitações, estes acordos têm permitido a normalização da austeridade, não catapultando as mobilizações sociais e a emergência de alternativas realmente transformadoras. Tem-se consolidado assim a ideia de que a política que defende as pessoas só pode ser decidida em gabinetes ministeriais e não exigida nas ruas, locais de trabalho e noutros espaços de disputa social.

1.2. O fundamento do Bloco de Esquerda tem de ser o de estimular o surgimento de visões radicalmente críticas do sistema em que vivemos e o de disponibilizar uma estrutura para essas visões confluírem num processo político que possa gerar uma ruptura. Na escolha entre ser o melhor gestor dos cuidados paliativos ao sistema ou afirmar-se como um alternativa efetiva ao capitalismo, o Bloco de Esquerda não vai por meios caminhos e escolhe ser a alternativa que conta.

2. O Orçamento não responde a quem cá vive

2.1. Este Orçamento de Estado não permite uma melhoria considerável das condições de vida da maioria das pessoas que vivem e trabalham em Portugal. Com a ameaça do regresso de uma direita perigosíssima ao poder fora de jogo, o argumento de que é preciso aprovar o Orçamento pela lógica do mal menor, já de si recuado e reformista, perde ainda mais cabimento. Era preciso um Orçamento claramente diferente daqueles que foram concretizados nos últimos dois anos e que transforme efetivamente a relação de forças entre capital e trabalho. Na eventualidade provável de o PS recusar uma mudança desta natureza, prova-se a sua natureza de classe e abre-se o espaço para a afirmação de uma alternativa de esquerda que possa disputar o poder sem ser consumida por ele.

2.2. O Estado Social continua a saque, pois este Orçamento não repõe sequer os níveis de investimento público anteriores à crise, por sinal já de si insuficiente. Não aceitar a normalização da austeridade significa exigir a recuperação da década de atraso do investimento público.

2.3. Na educação, este Orçamento continua a ficar bastante aquém do necessário no que às vinculações de professores diz respeito, para além de manter um modelo concursal injusto e discriminatório. A reflexão e proposta política que, a partir de agora, se exige ao BE é estudar, compreender e propor um modelo concursal para o próximo ano letivo que, em conjunto com

a integração dos novos professores, não provoque uma maior distorção no sistema de colocação de professores, e que as suas consequências não provoquem um inferno a mais docentes do que àqueles que vão ser vinculados. O Bloco de Esquerda não pode cultivar uma posição recuada que permita que a necessária valorização profissional não restitua aquilo que é devido às docentes: é preciso respeitar todos os direitos, ao invés de tratá-los como se de luxos corporativos se tratassem. A exigência de uma democracia efetiva nas escolas, onde as decisões não ficam dependentes das vontades de diretores todo-poderosos, é também uma exigência mínima que é preciso conquistar e, no âmbito da presença pública, entrelaçar com o ataque ao processo de municipalização.

2.4. Na saúde, continua a optar-se por manter as PPPs em vez de garantir os recursos financeiros indispensáveis para um SNS de qualidade realmente gratuito que sirva a população. Nos transportes e na habitação, permanece fora do horizonte qualquer plano que garanta a qualidade de vida e a desmercantilização das relações sociais. Nem sequer o mínimos olímpicos da garantia da “impenhorabilidade” das casas de habitação detidas pela banca e o agravamento do IMI cobrado ao património degradado dos fundos imobiliários cabe entre as paredes estreitas deste Orçamento.

2.5. No que às leis trabalhistas diz respeito, o pequeno aumento do salário mínimo fica bastante aquém do necessário, e de resto tudo se mantém igual. O regresso das lutas pelas contratações coletivas, das indemnizações por despedimentos, dos pagamentos de horas extraordinárias e, sobretudo, voltar a questionar a pertinência capitalista de jornadas laborais longuíssimas que tiram anos de vida e tempo pessoal ao mesmo tempo que impedem novas contratações são tarefas imediatas para o Bloco.

2.6. A consolidação da ideia de que a dívida afinal talvez não precise de ser reestruturada, num contexto conjuntural de juros relativamente baixos, exemplifica a normalização da austeridade. O Bloco de Esquerda não pode aguardar pela turbulência nos mercados financeiros para colocar este tema no centro do debate público, devendo aliar o discurso da insustentabilidade da dívida à sua ilegitimidade intrínseca. A delineação de propostas e campanhas pelo controle público dos setores estratégicos da economia, com destaque para a banca, é fundamental para que o anticapitalismo não seja só uma palavra de encher mas sim a base para um projeto de sociedade.

2.7. O Orçamento de Estado para 2018 não reúne as condições necessárias para ser votado favoravelmente pelo Bloco de Esquerda, que se baterá por um Orçamento que responda de forma efetiva aos anseios de quem vive e trabalha neste país.

3. O Bloco contra a guerra total

3.1. O extremismo conservador de Trump, que propõe colocar ainda mais em causa a paz no mundo, encontra eco na proposta de um exército comum europeu que o governo português apoia. O mundo precisa do fim do imperialismo e não de mais uma potência militar. É este o momento de realizar uma campanha forte pela paz e de interpelar amplos setores da sociedade contra a militarização e a submissão aos interesses estratégicos de diferentes impérios.

3.2. O governo português deve igualmente ser fortemente atacado pela sua posição recuada no que aos danos ambientais, que representam um risco enorme para a saúde, que a Base militar dos EUA nas Lajes tem vindo a causar. É necessário uma indemnização imediata por

parte dos EUA, elevada o suficiente para garantir a eliminação desses riscos e a transformação produtiva da região para setores produtivos.

Declaração de voto de Maria José Vitorino relativa ao Relatório da Comissão de Inquérito

Declaração de interesses:

Não pertenço ao Socialismo Revolucionário.

Sou aderente do Bloco de Esquerda no pleno uso de direitos e deveres tal como consagrados nos Estatutos

Sou e sempre serei a favor do direito de livre opinião, e de diferenças políticas dentro e fora do Bloco.

Sou pela liberdade, sem medo.

Sou também pela clareza na ação política.

Sou pela responsabilidade, sem medo.

Primeira questão: agiram bem ou mal?

Camaradas nossos, aderentes do Bloco de Esquerda, e que se assumem simultaneamente como membros do Socialismo Revolucionário, fizeram campanha pelas listas do BE durante a campanha autárquica de 2017, o que não viola os estatutos do BE.

Em Lisboa, recolheram fundos durante a mesma campanha, vendendo jornais do Socialismo Revolucionário às pessoas abordadas, facto que os mesmos confirmaram. As pessoas que deram dinheiro associaram esse donativo ao Bloco de Esquerda, possibilidade que os mesmos não contestam, defendendo essa prática como legítima.

O BE não recebeu tais donativos. O Socialismo Revolucionário publicou as verbas conseguidas, num documento público. Factos confirmados.

Não há aqui questão de diferenças políticas entre camaradas, mas de diferenças sobre o que se acha lícito numa campanha política por um partido (o BE) promovendo outra força política na mesma ocasião, e auferindo receitas que se destinam a esta outra.

Não há nada como nos imaginarmos nos sapatos do outro. Imaginei-me a vender propaganda do Bloco numa campanha para eleger listas do Socialismo Revolucionário, e a pedir dinheiro nessa ocasião que não enviaria ao Socialismo Revolucionário, achando que deviam servir para os fundos do Bloco...

Se o fizesse, acho que andaria mal. O Bloco não defende esta linha de atuação, pelo que naturalmente os meus camaradas do BE me criticariam. Espero bem!

Há quem ache isto abuso de confiança, há quem ache isto legítima pluralidade. Na minha opinião, é abuso de confiança.

Provoca desconfiança - no futuro, que se espera do Bloco se houver outros a fazer o mesmo? Que confiança podem ter os cidadãos nas recolhas de fundos nos mesmos termos?

Confesso que depois de ler o relatório, bem como outras declarações públicas de membros do Socialismo Revolucionário, fiquei sem vontade nenhuma de dar dinheiro a quem mo pede em nome do Bloco - não sei para quem será.... E a declaração do Socialismo Revolucionário de que esse dinheiro é para organizações revolucionárias, com todo o respeito pelos que a defendem, não me convence.

Gostaria de estar entre gente que não quer enganar as pessoas - ou que, refletindo, é capaz de pensar que pode assim ser interpretada...

Segunda questão: deve haver sanções a estes camaradas?

Se acharmos que andaram bem, obviamente que não

Se acharmos que andaram mal (e eu acho), haverá que procurar evitar que tais situações se repitam.

Ora aqui eu discordo da proposta da Comissão de Inquérito

A expulsão é a sanção máxima prevista nos estatutos. Do meu ponto de vista, claramente desproporcionada ao ocorrido.

Uma advertência, ou uma suspensão, seriam ajustadas, na minha opinião, servindo de aviso e não permitindo que este assunto se confunda com outro, a pluralidade de opiniões políticas no Bloco e, fora dele, em toda a sociedade.

Gostaria de estar entre gente que não quer perseguir pessoas, nem inviabilizar boa comunicação no futuro - ou que, refletindo, é capaz de pensar que pode assim ser interpretada...

O que poderemos aprender para o futuro?

A recolha de fundos para o BE, em campanha, deve ser feita sempre em bancas do BE, devidamente assinaladas como tal.

Fico muito pouco à vontade com este processo:

-os camaradas do BE que também são do SR clamam que são perseguidos à mais pequena diferença - misturando a reflexão sobre o que aconteceu com a defesa de si mesmos como aqueles que têm a visão mais pura da ação revolucionária...

-as estruturas do BE claramente não previam situações de possível burla, e revelaram dificuldades em não deixar avolumar as diferenças com estes camaradas em particular.

No decorrer de uma campanha eleitoral, acontecem muitos episódios que se podem resolver conversando, o que neste caso não surtiu efeito...

Provavelmente, não soubemos lidar com estas diferenças da melhor maneira, mas de forma alguma encontro aqui sinais de perseguição política.

Podemos convergir em lutas políticas sem pertencermos todos às mesmas organizações. O que não devemos é confundir as coisas.

Infelizmente, aprendi também que ainda temos muita dificuldade em conversar sem acusações. Para lá dos acontecimentos concretos, a troca de palavras sobre o assunto tem assumido formas desajustadas, na minha opinião. Não porque não sejam legítimas - as palavras estão aí, viva a liberdade! Porque, simplesmente, me desgostam.

Gostaria de estar entre gente que fala com respeito pelo outro, quando o outro fala, e quando o outro cala. Gente camarada, pela razão e pelo coração.

Isso, porém, é assunto de outras revoluções.

Votei contra o relatório.

Obrigada

Declaração de voto conjunta dos eleitos pela Moção R relativa ao Relatório da Comissão de Inquérito

A direcção do Bloco de Esquerda acaba de expulsar um conjunto de camaradas que se organizam num colectivo denominado “Socialismo Revolucionário”.

Esta expulsão é a continuação forçada de um processo anterior que tinha já expulso outrxs militantes do mesmo colectivo sob a acusação de “infiltração”.

Alguns/algumas destes/as camaradas fizeram parte da moção R à última Convenção tendo posteriormente decidido organizar-se autonomamente. Apesar das divergências políticas que nos separam, reconhecemos que, dentro da moção R como dentro do Bloco de Esquerda, estes/as sempre pautaram a sua actividade pela honestidade política.

O expediente agora utilizado para a expulsão (a acusação de “fraude”) é por isso calunioso e inaceitável. Por mais que não concordemos com a promoção de um grupo à parte e recolha de fundos próprios aproveitando o período de campanha eleitoral autárquica do BE, esta prática não configura nenhuma “fraude” nem é passível de expulsão segundo nenhum ponto dos estatutos do Bloco.

Assim, xs representantes da moção R na Mesa Nacional do BE repudiam veementemente esta decisão. Com esta purga política, a direcção do Bloco de Esquerda volta a escolher o caminho da falta de diálogo, do enquistamento e da confusão dos pequenos interesses das cúpulas dos dois grupos que dividem a maioria do BE com os interesses do próprio partido. Consideramos que este caminho é contrário à matriz de abertura e pluralidade das esquerdas anticapitalistas que fundou o BE.

Afonso Jantarada
Carlos Carujo
Eduardo Fernandes
Inês Ribeiro Santos
José Guerra
Joseph Silva
José Luís Carvalho